



Relatório de Gerenciamento de Riscos

Basileia III Pilar 3

4º Trimestre 2017



Conteúdo

1.	Escopo	3
1.1.	Entidade	3
1.2.	Política de Divulgação de Informações.....	3
2.	Governança Corporativa de Gerenciamento de Riscos	3
2.1.	Governança Corporativa	3
2.2.	Ambiente de Controle.....	4
2.3.	Gerenciamento de Riscos e Capital.....	5
2.4.	Capital Econômico e Capital Regulatório.....	5
3.	Adequação de Capital	6
3.1.	Patrimônio de Referência e Seus Derivados	6
4.	Risco de Crédito	6
4.1.	Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito	6
4.2.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito	7
4.3.	Monitoramento do Risco de Crédito.....	7
4.4.	Classificação do Risco de Crédito	8
4.5.	Comunicação Interna do Risco de Crédito	8
4.6.	Detalhamento do Risco de Crédito	9
4.7.	Risco de Contraparte	9
4.7.1.	Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05	9
4.8.	Mitigadores do Risco de Crédito	10
5.	Risco de Mercado	10
5.1.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado.....	10
5.1.1.	Responsabilidade.....	10
5.1.2.	Processos e Ferramentas	11
5.1.3.	Carteira de Bancária	11
5.1.3.1.	Políticas e Metodologias	11
5.1.3.2.	Operações sem vencimento – Tratamento de antecipações	11
6.	Risco Operacional	12
6.1.	Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional	12
6.2.	Responsabilidade.....	12
6.3.	Processos e Ferramentas	13
6.3.1.	Identificação e Avaliação de Fatores de Risco Operacional	13
6.3.2.	Identificação e Avaliação de Eventos de Risco Operacional	13
6.3.3.	Correção de Fatores e Eventos de Risco Operacional	14
6.3.4.	Apuração do Requerimento de Capital para Risco Operacional.....	14
6.3.5.	Comunicação	14
7.	Risco de Liquidez	14
7.1.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez	14
7.2.	Responsabilidade.....	14
7.3.	Processos e Ferramentas	15
7.4.	Plano de Contingência de Liquidez.....	15
8.	Risco Reputacional	15
9.	Risco de Conformidade.....	16
10.	Risco Socioambiental.....	17
11.	Informações Quantitativas	18
12.	Balancos Patrimoniais.....	28
13.	Instituições Participantes:	29
14.	Anexos	29
14.1.	Anexo I	29
14.2.	Anexo II	29



Introdução

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DBSA), doravante denominados neste documento como DB Brasil, vem preparando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo DB Brasil, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do DB Brasil, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir os detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da Circular BACEN nº 3.678/2013.

1. Escopo

1.1. Entidade

Conforme estabelecido no artigo 1º da Circular BACEN nº 3.678/2013, as informações sobre gerenciamento de riscos cobrem a entidade Deutsche Bank SA – Banco Alemão, doravante denominada Deutsche Bank Brasil (DB Brasil).

1.2. Política de Divulgação de Informações

O DB Brasil mantém a descrição completa das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, publicadas em relatórios de acesso público no site da Instituição (www.db.com/brazil). Um resumo dessas estruturas é publicado nas demonstrações contábeis semestrais.

2. Governança Corporativa de Gerenciamento de Riscos

2.1. Governança Corporativa

O DB Brasil privilegia os princípios de Governança Corporativa, seguindo diretrizes do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) que consolidam os princípios internos de Governança Corporativa que minimamente correspondem ou superam os requerimentos legais do Brasil. Além disso, desde 2003, o Grupo DB adota globalmente o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, o qual que exige levantamento completo dos controles internos, assim como os sistemas de informação que produzem os dados financeiros e fluxos de documentação/processos de aprovação. No DB Brasil, a documentação é revisada e atualizada anualmente, completando o já existente processo interno de controles de risco, de acordo com a



Resolução CMN nº 2.554/1998, bem como com a Instrução nº 505/2011 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2. Ambiente de Controle

O processo de controles internos é considerado pelo DB Brasil como sendo dinâmico e constante. Parte importante deste processo é a formalização dos controles em políticas e procedimentos, um robusto processo de aprovação de novos produtos e de transações relevantes além da ampla divulgação dos controles e regras, por meio de comunicados e treinamentos, para uma execução consciente das atividades.

Os controles estão divididos entre as três linhas de defesa do Banco da seguinte maneira:

- Primeira linha de defesa – áreas comerciais e operacionais que executam as atividades e são responsáveis por observarem e atuarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, reportando sempre que identificarem qualquer não conformidade;
- Segunda linha de defesa – funções de risco e compliance que além de estabelecerem os parâmetros a serem observados também executam parte dos controles e atuam junto as demais linhas para identificar a corrigir desvios e não conformidades;
- Terceira linha de defesa – são as auditorias que verificam a execução das atividades e controles identificado e apontando não conformidades.

A qualidade do ambiente de controles internos é determinada em função da maneira como os funcionários aderem às políticas e procedimentos existentes e do quão claramente são identificadas e endereçadas deficiências em relação aos mesmos.

A área de Compliance como integrante da função de Controles Internos efetua e auxilia a revisão de políticas e procedimentos institucionais, participa ativamente do processo de distribuição e adequação aos requerimentos regulatórios, atua na melhoria de processos, tem participação nos principais comitês da Instituição, além de coordenar as auditorias externas e regulatórias e de acompanhar as deficiências identificadas e suas soluções.

A área de Compliance busca a constante melhora da qualidade do ambiente de controles internos e proporcionar uma visão horizontal da organização sobre os principais temas relacionados. Caso durante a execução dos controles internos sejam identificadas ou reportadas deficiências críticas, recorrentes ou com possibilidade de geração de benefícios para o Banco, as mesmas são priorizadas e tornam-se ações de melhorias de processos.

A abordagem descrita acima é complementada pela existência de uma sólida estrutura de Compliance, Gerenciamento de Riscos, Governança, Relatórios Financeiros, Auditoria Interna e Auditoria Externa, as quais são sumarizadas abaixo:

➤ Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória)

A área de Compliance analisa periodicamente todas as normas e regulamentos divulgados, identifica quais dessas regras terão um possível impacto no DB Brasil e também divulga semanalmente as legislações e regulamentações entendidas como aplicáveis ou para conhecimento a todos os colaboradores do Banco. As principais normas relacionadas às atividades do DB Brasil são avaliadas quanto a sua aplicabilidade e esta avaliação e distribuição das principais normas são registradas em controles específicos.

Todas as áreas do Banco devem assegurar que possíveis legislações adicionais a este controle efetuado pela área de Compliance sejam tempestivamente verificadas e, se aplicáveis, informadas à mesma.



Uma vez identificadas as regras, a área de Compliance determina o provável especialista do assunto nas áreas de Negócios e/ou de Infraestrutura para dar continuidade à atividade e encaminhar a legislação ou regulamentação para conhecimento e providências.

Identificado o especialista e responsável pelo assunto é confirmada a aplicabilidade da norma e o mesmo deverá analisar a regulamentação e definir quais ações necessitam ser tomadas para a adequação dos processos de forma que os mesmos fiquem em conformidade com a norma tempestivamente. A área de Compliance realiza o acompanhamento dos planos de ação para assegurar o atendimento dos requerimentos regulatórios através de uma planilha de controles denominada Pauta Regulatória e quando necessário reportar atrasos e não conformidades identificados. Trimestralmente, os assuntos da pauta regulatória, bem como o status de cada um deles são apresentados em um Comitê específico.

➤ Modelo de Gestão

O modelo atual de inter-relacionamento entre as áreas de Compliance, Auditoria Interna e demais áreas de Gerenciamento de Riscos está baseado, substancialmente, nos contatos periódicos por meio dos Comitês de Governança do DB Brasil e também através da abordagem integrada de atividades que abrange essas áreas. A Instituição também utiliza outras ferramentas e atividades para garantir a identificação e incorporação de mitigantes para os riscos novos e/ou existentes, tais como:

- Relatórios Semestrais e Anuais de Controles Internos;
- Auto avaliações periódicas;
- *Workshops* periódicos de risco;
- Processo semanal de acompanhamento dos novos requerimentos regulatórios e da pauta regulatória;
- Acompanhamento e discussão dos temas de risco através dos diversos comitês externos existentes (ABBI, ABBC, ANBIMA, AMEC, FEBRABAN, etc.).

Os resultados destes exercícios retroalimentam o processo de análise, melhorias e documentação de processos existentes, que passam a existir tomando em consideração os novos riscos identificados.

2.3. Gerenciamento de Riscos e Capital

O DB Brasil mantém um processo robusto e estruturado de gestão de riscos e qualifica seu risco como moderado, conforme Relatório elaborado em atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998.

A identificação e avaliação de riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional, seguem metodologias do Grupo DB e suas políticas e procedimentos estão em linha com melhores práticas de mercado.

O DB Brasil possui diversos processos e procedimentos que compõem a gestão de risco, abaixo se descrevem o gerenciamento dos principais riscos.

2.4. Capital Econômico e Capital Regulatório

➤ Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital

O acompanhamento dos valores de capital é realizado mensalmente. Estes valores de capital regulatório e econômico, abrangem também o valor do capital contábil, atendendo aos limites da legislação local e os limites da Matriz, a exemplo o limite de exposição ao país.



➤ Capital Regulatório

Os valores de capital regulatório são apurados tanto para fins locais, como para a Matriz, seguindo as respectivas legislações. Para fins locais apura-se o capital regulatório com base na Resolução CMN nº 4.193/2013 (e regulamentação complementar), enquanto que para a Matriz, são aplicados os conceitos de Basileia adotados globalmente.

➤ Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório

O cálculo de capital econômico existe somente no nível global. O capital econômico reflete o risco da Instituição utilizando modelos próprios, o qual abrange os riscos de crédito, de mercado e operacional (incluindo nesse último o risco reputacional). Globalmente, o Grupo DB utiliza-se também de conceitos como resultado sobre capital econômico, lucro econômico e construção/destruição de valor (retorno acima ou abaixo de certa taxa mínima). A alocação de recursos se dá considerando resultado econômico (na distribuição de capital e *funding*, por exemplo, são beneficiadas as áreas mais rentáveis do ponto de vista de capital econômico). Resumidamente, apura-se o capital econômico com base nos modelos internos aceitos globalmente para fins de reporte para a Matriz, o qual é alocado de acordo com a representatividade da filial, independente dos produtos que são operados em cada país.

Para fins locais entende-se que os requisitos mínimos de capital regulatório estabelecidos pelo BACEN são suficientes para cobrir os riscos relacionados ao modelo de operação do DB Brasil, devido aos seguintes fatores:

- I. A regulamentação atual cobre todos os riscos relacionados ao capital regulatório (mercado, crédito e operacional);
- II. Não são identificados outros riscos mensuráveis, além daqueles acima mencionados;
- III. Dada a necessidade imposta pela legislação local de mensurar todas as operações igualmente, entende-se que o capital regulatório alocado para algumas operações com empresas do Grupo DB, supera o valor do capital econômico.

Por essas razões, o patrimônio de referência atual é suficiente para cobrir os riscos inerentes à estrutura de operações da Instituição.

3. Adequação de Capital

3.1. Patrimônio de Referência e Seus Derivados

Os valores de Patrimônio de Referência e seus derivados encontram-se atualizados no sítio eletrônico (*website*) da Instituição. O DB Brasil possui capital suficiente para suportar cenários de estresse adversos conforme resultado do teste de estresse produzido periodicamente e também para o crescimento de suas áreas de Negócio, conforme plano de capital da Instituição.

4. Risco de Crédito

O Risco de Crédito abrange todas as transações que originam cobranças atuais, contingentes ou potenciais contra qualquer contraparte, devedor ou tomador de empréstimo de qualquer unidade do Grupo Deutsche Bank AG, quando necessita-se arcar com o risco de perda caso o tomador não cumpra com suas obrigações na operação.

4.1. Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito



O DB Brasil gerencia o risco de crédito de forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito deve estar de acordo com as políticas e estratégias do DB Brasil;
- Qualquer alteração material do limite de crédito deve ser aprovada segundo a alçada necessária (incluindo prazo, tipo de garantia, *covenants*);
- O DB Brasil determina alçadas de crédito para indivíduos segundo suas qualificações, experiência e treinamento;
- O DB Brasil mensura e consolida todas as exposições de cada grupo econômico de forma global.

4.2. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito - Resolução CMN nº 3.721, aprovada pelo BoD (Board of Directors ou Comitê da Diretoria Executiva). A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet local. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito no *website* do DB Brasil.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do DB Brasil, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do DB Brasil é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do DB Brasil;
- Identificar e acompanhar o risco de crédito das empresas não-financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O DB Brasil mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo mesmo.

Da mesma forma, o DB Brasil possui um Diretor estatutário responsável pela área de Riscos, incluindo CRM, podendo o mesmo desempenhar outras funções na Instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

4.3. Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento de crédito é realizado pela área de CRM que é responsável pelo monitoramento diário das informações disponibilizadas no sistema de controle de limites, com a finalidade de assegurar sua integridade e exatidão.

O DB Brasil segue as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999 que prevê que a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico - cujo montante seja superior a cinco por cento (5%) do patrimônio líquido ajustado do DB Brasil - nos níveis de risco de que trata o artigo 1º da referida resolução, seja revisada no mínimo a cada seis meses.



Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (*Watch List*) e acompanhados trimestralmente.

4.4. Classificação do Risco de Crédito

A ferramenta utilizada na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* desenvolvido pelo Grupo DB, sendo que o Comitê de Risco do Grupo DB é o componente organizacional responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados.

O sistema de *rating* do Grupo DB, adotado pelo DB Brasil, tem vinte e uma escalas que vão de iAAA a iD, sendo o primeiro o melhor *rating* e o último, o pior.

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do DB Brasil são periodicamente revisados tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

Segue abaixo a correlação entre as classificações do DB Brasil e as correspondentes classificações do BACEN:

Deutsche Bank	BACEN
De iAAA a iBBB-	AA
iBB+	A
De iBB a iBB-	B
De iB+ a iB-	C
De iCCC+ a iCCC	D
iCCC-	E
ICC+	E / F / G
iD	H

4.5. Comunicação Interna do Risco de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do DB Brasil, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o DB Brasil e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do DB Brasil;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas;
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.



Em complemento, mensalmente, a área de CRM encaminha para apreciação do CRC (Capital & Risk Council - Comitê de Risco e Capital) relatórios de acompanhamento de toda a carteira de crédito do DB Brasil, permitindo assim serem verificados pontos de atenção, concentração e também a evolução tanto de forma qualitativa quanto quantitativa.

4.6. Detalhamento do Risco de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o DB Brasil está disposto a assumir durante determinados períodos. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a sua qualificação profissional e experiência.

As aprovações de crédito são dadas geralmente por dois profissionais, sendo que ao menos um deve possuir a alçada necessária.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do BoD com periodicidade mínima anual.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Esse critério de provisionamento visa proteger o DB Brasil contra os impactos das perdas decorrentes de operações de crédito.

4.7. Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o DB Brasil está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O DB Brasil mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes desta Instituição.

4.7.1. Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05

O DB Brasil possui acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que na hipótese de inadimplência de uma contraparte, as obrigações de pagamento com o DB Brasil, decorrente de operações de crédito e derivativos, sejam compensadas com as obrigações de pagamento do DB Brasil junto essa contraparte.



4.8. Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- *Netting* ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, que dependem do seu risco tipo, associado e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não compensam os padrões de subscrição de alta qualidade.

O DB Brasil utiliza amplas ferramentas quantitativas e métricas para monitorar as atividades de mitigação de risco de crédito. São estabelecidos limites para os produtos incluindo garantias e derivativos.

5. Risco de Mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

5.1. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

5.1.1. Responsabilidade

O BoD (Board of Directors ou Comitê da Diretoria Executiva) tem a responsabilidade de:

- Eleger o Diretor Estatutário responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado de acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007;
- Estabelecer uma área responsável pelo gerenciamento de risco de mercado independente das áreas de Negócios, liderada pelo Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de risco de mercado;
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado;
- Monitorar limites e excessos.

O CRC é o principal fórum para discussão de assuntos relacionados a risco de mercado e tem responsabilidade de:



- Monitorar medidas de risco de mercado como VaR (*Value at Risk ou Valor em Risco*), ERS (*Stress Testing ou Teste Estresse*) e sensibilidades para o DB Brasil;
- Monitorar requerimentos de capital para risco de mercado e outros limites regulatórios;
- Aprovar limites operacionais;
- Monitorar excessos de limites;
- Realizar o monitoramento contínuo da efetividade dos controles, processos e ferramentas utilizados pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado.

5.1.2. Processos e Ferramentas

As principais ferramentas utilizadas pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- Sensibilidades: são divididas em categorias tais como Taxas de Juros e Câmbio. Alguns exemplos de medidas utilizadas são: Delta/PV01's, Gamma, Theta e Rho;
- VaR (*Value at Risk ou Valor em Risco*): medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- ERS (*Event Risk Scenario ou Testes de Estresse*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM.
- *Backtesting*: processo diário de comparação entre os resultados financeiros oriundos de movimentações de mercado e a estimativa prévia do VaR.

5.1.3. Carteira de Bancária

5.1.3.1. Políticas e Metodologias

Em linha com os requerimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.354/2007 o DB Brasil publicou a Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (*Trading Book*) e Carteira Bancária (*Banking Book*). Essa política se encontra disponível na intranet do DB Brasil e define todos os procedimentos necessários para classificação e manutenção das operações classificadas nessa categoria.

Para a carteira bancária (*Banking*), o DB Brasil adota a mesma metodologia utilizada para mensuração do risco de taxas de juros utilizada para a carteira de negociação (*Trading*) divulgada pelo BACEN para exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2), exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (RWAJUR3) e à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4).

Esta opção deve-se ao fato da carteira bancária apresentar descasamentos de prazos relativamente pequenos e seus valores serem significativamente inferiores em relação às posições da carteira de negociação.

Quanto ao cálculo das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Reais (RWAJUR1), a metodologia adotada sofre alterações visando cobrir o prazo médio das principais operações da carteira bancária. O prazo utilizado é de sessenta dias úteis, tanto para os cálculos do VaR Padrão quanto para a parcela do VaR Estressado.

5.1.3.2. Operações sem vencimento – Tratamento de antecipações

O DB Brasil não possui operações sem vencimento na carteira ativa. No lado passivo, encontram-se os depósitos de conta corrente e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com liquidez diária, os quais não afetam os cálculos de requerimento de capital, visto que são realizados em moeda local (Reais). Eventual impacto de liquidação antecipada dessas carteiras poderia causar impacto no risco de liquidez.



O controle de risco de liquidez do DB Brasil contempla possíveis impactos causados pelo saque de depósitos com liquidez diária através do relatório de Teste de Estresse de Liquidez, no qual utiliza-se alguns pré supostos de saque para o depósito à vista, resgate antecipado e renovação para os CDBs, desta forma avaliando estes impactos na liquidez corrente do DB Brasil.

6. Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição de que trata o caput inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

6.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. A mesma estabelece que a área de NFRM (Non Financial Risk Management ou Gerenciamento de Risco Não Financeiro) é responsável pelo gerenciamento do risco operacional do DB Brasil. A sua estrutura se baseia nos princípios de gerenciamento de risco operacional vigentes no Grupo DB com os quais a equipe de Américas da área de NFRM garante a consistência da estrutura local.

A área possui reporte funcional independente para o Head (responsável) de NFRM para as Américas baseado em Nova York, e, no DB Brasil, à Diretora Estatutária responsável pelo gerenciamento de risco operacional.

A área exerce uma função específica distinta da Auditoria Interna e de forma independente das áreas de Negócios. Não obstante, outras áreas como Auditoria Interna, Legal (Área Jurídica) & Compliance, também contribuem no gerenciamento do risco operacional através de suas atividades.

6.2. Responsabilidade

A Diretoria Executiva do DB Brasil representada pelo BoD é responsável por:

- Eleger o Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento do risco operacional em conformidade com as exigências do BACEN, Resolução CMN nº 3.380/2006, e designar sua participação no CRC (Capital & Risk Council ou Comitê de Capital e Risco);
- Estabelecer uma área de gerenciamento do risco operacional, independente das áreas de Negócios, liderada por um responsável pelo gerenciamento de risco operacional.

O Diretor Estatutário eleito é responsável por:

- Revisar e submeter à aprovação do BoD a Política de Gerenciamento de Risco Operacional assim como qualquer outro procedimento necessário para atender requerimentos regulatórios específicos;
- Participar do CRC de forma a monitorar a identificação, avaliação e mitigação dos riscos levando em consideração o contexto do ambiente de controle existente e documentar decisões relacionadas à ação mitigadora requerida ou aceitação do risco;
- Promover o fluxo de informação interno e externo (comunicação e reporte) para assegurar o apropriado compartilhamento do conhecimento do risco operacional.



A área de NFRM é responsável por assegurar a efetividade dos processos de identificação, avaliação, e mitigação tanto dos eventos quanto dos fatores de risco operacional.

Ao responsável pela área de NFRM compete:

- Organizar a atividade de gerenciamento do risco operacional no DB Brasil;
- Disseminar uma cultura voltada para a mitigação do risco operacional assim como o uso das metodologias e aplicativos implementados mundialmente para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional;
- Monitorar perdas decorrentes de risco operacional;
- Consolidar e avaliar fatores, incidentes e planos de ação relacionados ao risco operacional do DB Brasil;
- Elaborar relatórios periódicos.

6.3. Processos e Ferramentas

Processos e ferramentas que auxiliam a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos fatores e eventos de riscos operacionais.

6.3.1. Identificação e Avaliação de Fatores de Risco Operacional

O DB Brasil desempenha três tipos de autoavaliação, em conformidade com a regulação local e políticas do Grupo DB.

O DB Brasil faz parte das iniciativas de autoavaliação que são baseadas em processos e/ou ferramentas do Grupo DB e consistem em questionários de riscos e controles conhecidos como RCSA (Risk Control Self Assessment ou Autoavaliação de Controle de Risco), STARC (Standards and Responsibilities for Control ou Padrões e Responsabilidades de Controle), CCF (Compliance Control Framework ou Estrutura de Controles de Compliance) e MaRisk (Minimum Requirements for Risk Management ou Padrões Mínimos de Gerenciamento de Riscos).

Além disso, a cada três anos, no mínimo, o DB Brasil realiza *workshops* de risco juntamente com a área de NFRM Américas, a fim de identificar quaisquer riscos operacionais em razão de brechas ou deficiências em processos, sistemas, infraestrutura, pessoal, documentação, projetos ou questões relacionadas a clientes. Falhas significativas identificadas devem ser registradas no sistema global dbTrack, que é uma ferramenta de rastreamento de questões de Risco Operacional do Grupo DB.

O CRC é o fórum de discussão e relato de resultados de todas as três formas de autoavaliações, bem como de outros indicadores de risco operacional monitorados frequentemente.

6.3.2. Identificação e Avaliação de Eventos de Risco Operacional

O DB Brasil implementou a Política de Eventos de Risco Operacional a qual trata do registro, escalonamento e relatório de todos os eventos de risco operacional que ocorram no Brasil passíveis de registro no dbIRS (Sistema de Registro de Incidentes), que é o sistema do Grupo DB para registrar e relatar todos os eventos de risco operacional. As exigências mínimas são as seguintes:

- Dar entrada em todos os eventos de EUR 10.000 (dez mil euros) ou mais no sistema de forma regular (no mínimo mensalmente);
- Escalonar todos os eventos de EUR 500.000 (quinhentos mil euros) ou mais para o Grupo de NFRM assim que conhecidos;
- Implantar um exercício de lições aprendidas para cada evento de risco operacional no valor de EUR 500.000 (quinhentos mil de euros) ou mais, e para incidentes jurídicos o corte é de EUR



1.000.000 (um milhão de euros) assim que o evento for fechado para ser enviado à Diretoria Executiva do DB Brasil.

6.3.3. Correção de Fatores e Eventos de Risco Operacional

Os planos de ação visando corrigir falhas significativas identificadas através dos *workshops*, autoavaliações e dos indicadores-chave de risco monitorados no CRC, são formalizados e monitorados através do sistema dbTrack.

6.3.4. Apuração do Requerimento de Capital para Risco Operacional

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para risco operacional, o Grupo DB adota globalmente o modelo avançado (AMA), já aprovado pelo regulador de sua matriz na Alemanha (BaFin - Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht/ Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha). No Brasil, utiliza-se o modelo Abordagem do Indicador Básico para cálculo da parcela do PRE (Patrimônio de Referência Exigido) referente ao risco operacional.

6.3.5. Comunicação

Mensalmente, indicadores chave de risco operacional são atualizados e reportados no CRC, onde são monitorados e discutidos para conferência e ajuste do perfil de risco do DB Brasil. Relatórios de risco operacional consolidando históricos de perdas também são apresentados mensalmente no CRC.

Anualmente é elaborado o relatório de Gerenciamento de Risco Operacional nos termos da Resolução CMN nº 3.380/2006. Este relatório descreve a estrutura de gerenciamento de risco operacional em vigor, suas responsabilidades, processos, ferramentas incluindo os processos de comunicação internos e externos sobre risco operacional, assim como o resultado das atividades de identificação, avaliação, mitigação e correção dos fatores e eventos de Risco Operacional. Este relatório é submetido ao BoD para análise e aprovação.

7. Risco de Liquidez

Define-se como Risco de Liquidez a possibilidade da Instituição não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos, aumento de obrigações/garantias e a possibilidade da Instituição não conseguir negociar seus ativos a preço de mercado.

7.1. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez. A estrutura compreende papéis e responsabilidades, processos e o plano de contingência de liquidez. Esta política é aprovada com periodicidade mínima anual pelo BoD e pelo CRC.

7.2. Responsabilidade

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela área de Tesouraria (*Treasury*), que é uma unidade segregada das áreas de Negócios, Auditoria Interna e gestão de recursos de terceiros. A área de Tesouraria é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Mensalmente, indicadores-chave de risco de liquidez são reportados ao CRC, onde são monitorados e discutidos para conferência e ajuste do perfil de risco do DB Brasil.



7.3. Processos e Ferramentas

As principais ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de liquidez são:

- *Maximum Cash Outflow* (MCO ou Saída Máxima de Caixa): descasamento do fluxo de caixa de curto prazo, para o qual se estabelece um limite máximo de exposição;
- *Stress Testing* de Liquidez: simulação da situação de liquidez de curto prazo em cenários extremos. Os cenários são revistos anualmente pela área de Tesouraria;
- Concentração Máxima de Depositantes: tem o objetivo de diversificar ao máximo as fontes de financiamento.

7.4. Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o risco de liquidez da Instituição, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

8. Risco Reputacional

O DB Brasil define, globalmente, o risco reputacional como sendo "A ameaça de que eventual publicidade relativa a uma transação, contraparte ou prática de negócio envolvendo um cliente, tenha impacto negativo na confiança do público a respeito do DB Brasil".

No DB Brasil, o risco reputacional é responsabilidade das áreas de Negócios como primeira linha de defesa e é auxiliado principalmente pelas áreas de Riscos, no que tange a aspectos relacionados a riscos reputacionais de Sustentabilidade e de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros), no que tange a aspectos relacionados a tal risco. O BAFCS (Brazil Anti-Financial Crime and Sustainability Forum ou Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros), é o fórum que analisa o risco resultante das transações, contrapartes ou práticas de negócios para os casos que possam representar risco reputacional para o DB Brasil.

Este fórum, é coordenado pelo Head (responsável) por Gerenciamento de Riscos e tem como membros o Chief Country Officer (CCO ou Diretor Presidente) e o Head das áreas Jurídica e de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros).

Riscos relacionados ao processo de Prevenção a Crimes Financeiros, detalhado no item "Risco de Prevenção à Crimes Financeiros".

O risco reputacional do DB Brasil é baixo, considerando os mecanismos de controle e mitigação existentes e, em função de seu modelo de negócios de banco múltiplo com carteira de investimentos, sua atuação focada em operações de atacado com grandes empresas nacionais e multinacionais e clientes institucionais com participação relevante no sistema financeiro nacional. A atuação do DB Brasil com pessoas físicas e pessoas jurídicas de médio e pequeno porte é limitada a casos específicos. Destacam-se os seguintes mecanismos de controle e mitigação do risco reputacional implementados:

- (i) O Fórum BAFCS é atuante e com ampla interação com as áreas de Negócios. Assuntos tais como relacionamentos com clientes de maior risco, transações de maior risco, eventos atípicos entre outros devem ser escalados e discutidos neste foro;
- (ii) Todos os funcionários do DB Brasil são treinados e estão aptos a detectar características que uma transação, contraparte ou cliente possam apresentar que potencialmente representem risco a Instituição e há procedimento implementado para que os funcionários levem tal fato ao conhecimento da área de Compliance, para as providências cabíveis.



9. Risco de Conformidade

9.1. Compliance

O Risco de Compliance, ou risco de conformidade é o risco das atividades do Banco serem executadas sem a devida aderência e observância da legislação, regulamentação, princípios, regras, parâmetros, padrões e normas sejam estes emitidos por governos, entidades reguladoras, associações de classe, documentos internos ou outros entes relevantes.

Por permear todas as instâncias da instituição os itens de Compliance estão em todos os comitês, sendo um dever de todos os colaboradores atuar em conformidade e reportar prontamente caso identifiquem qualquer indício de não conformidade, fraude ou violação dos normativos internos, externos, regulamentação e legislação aplicável.

Os principais indicadores da área de Compliance são tratados no Comitê Operacional e podem eventualmente ser escalonados ao Comitê da Diretoria Executiva de acordo com a instância necessária para aprovação ou criticidade, dentre os itens tratados pela área de Compliance salientamos:

- Atualização das mudanças regulatórias e legislativas incluindo alterações em políticas e procedimentos e relacionamento com os reguladores;
- Revisão do *status* e o progresso dos planos de remediação, quanto aos apontamentos de inspeções;
- Revisão do *status* do calendário de revisão periódica com atualização sobre o progresso e antecipação de qualquer problema/atraso previsto;
- Atualização sobre implementação de políticas e procedimentos;
- Confirmação anual da atualização periódica das políticas e procedimentos;
- Atualização sobre as inspeções/visitas periódicas e/ou previstas, resultado e apontamentos das mesmas;
- Métricas relativas aos riscos específicos de Compliance relacionadas ao treinamento e certificação de colaboradores, para o exercício de funções específicas;
- Novas iniciativas, regulamentações e requerimentos locais e ou do Grupo DB;
- *Status* e evolução da conformidade ou falta da mesma das áreas e atividades do Banco;
- Não conformidades relevantes identificadas e/ou reportadas no período.

9.2 Risco de Prevenção à Crimes financeiros

A área de AFC Compliance é responsável por definir, manter e aplicar um quadro de gestão de riscos eficaz, que é aplicado para todos os tipos de risco relacionados ao "Crime Financeiro". Este compreende estabelecer padrões mínimos e monitorar a adesão a esses padrões, bem como definir e implementar controles complementares. Este último inclui aconselhamento sobre as consequências em caso de não conformidade com as regras e regulamentos definidos, comunicação aos fóruns de governança aplicáveis e por meio do direito de veto.

O combate aos crimes financeiros no DB Brasil está organizado nos seguintes pilares:

- Processos Antissuborno e Corrupção (Anti-Bribery and Corruption ou ABC);
- Processos Antifraude e Investigações (Anti-Fraud & Investigations - AF&I);
- Processos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Anti-Money Laundering - AML);
- Processos relativos a Sanções e Embargos (Sanctions & Embargoes - S&E).

Os membros da Alta Administração do DB Brasil, bem como os responsáveis de cada área de Negócios são responsáveis pelo cumprimento das normas de prevenção e combate aos crimes financeiros expostas nas normas do DB Brasil e na legislação e regulamentação pertinentes.



Além disso, cada funcionário é responsável por observar as regras e cumprir os procedimentos legais, bem como reportar uma eventual irregularidade ou indício de ocorrência de crime financeiro ao responsável de sua área e para a área de AFC, na forma prevista nos manuais internos.

As falhas sistêmicas de processos ou qualquer falha pontual considerada como grave pela área de AFC serão comunicadas à Alta Administração por meio do Fórum BAFCS (Brazil Anti Financial Crime and Sustainability Fórum ou Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros).

Além disso, indicadores e relatórios relativos aos processos de Prevenção a Crimes Financeiros também são reportados ao Fórum BAFCS, tais como:

- Revisão dos indicadores disponíveis com objetivo de identificar e monitorar os principais riscos de cadastro de clientes (KYC - Know Your Customer ou Conheça Seu Cliente);
- Mitigação e resolução de riscos e problemas de Conheça Seu Cliente;
- Avaliação de todas as conclusões de avaliações internas ou externas em matérias relacionadas aos processos de Prevenção à Crimes Financeiros;
- Resultado dos testes periódicos efetuados pela área de AFC que tem objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos regulatórios e de políticas internas relativos a tal tema.

10. Risco Socioambiental

O DB Brasil baseia sua estratégia socioambiental nos dez princípios do “*United Nations Global Compact*” (UNGC ou Princípios do Pacto Global das Nações Unidas) aderindo ao conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*), um acrônimo da língua inglesa para as dimensões Ambiental (Environmental), Social (Social) e de Governança Corporativa (Governance).

A identificação, classificação/materialidade e comunicação do risco socioambiental seguem processos que tem início com as áreas de Negócios, no processo de adoção de novos clientes e nas revisões cadastrais. A área de NFRM (Non financial Risk Management ou Gerenciamento de riscos não financeiros), faz uma pesquisa de mídia negativa para riscos socioambientais para clientes de alto risco e caso tenha eventos relevantes a área de negócios submete o cliente para aprovação do Group Sustainability (Equipe Global de Risco Socioambiental) e posteriormente para o Forum BAFCS (Brazil Anti Financial Crime and Sustainability Forum ou Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros)

A área de Gerenciamento de Riscos se encarrega da gestão propriamente dita que envolve a proposição, manutenção e implantação de diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental, bem como o respaldo ao Diretor indicado e demais instancias com informações sobre a gestão deste risco.



11. Informações Quantitativas

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
PR	1,494,276	1,466,130	1,450,227	1,448,445	1,460,522
Nível I	1,494,276	1,466,130	1,450,227	1,448,445	1,460,522
Capital Principal	1,494,276	1,466,130	1,450,227	1,448,445	1,460,522
Capital Complementar	-	-	-	-	-
Nível II	-	-	-	-	-
RWA	6,064,252	5,397,883	6,404,611	6,970,375	7,552,724
Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	4,044,006	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
Risco Operacional - RWA _{OPAD}	913,272	913,272	908,542	908,542	1,008,091
Risco de Mercado - RWA _{MPAD}	1,106,974	927,534	1,206,942	1,397,988	1,485,211
Índices e Limites					
Índice de Basileia (IB)	24.64%	27.16%	22.64%	20.78%	19.34%
Índice de Nível I (IN1)	24.64%	27.16%	22.64%	20.78%	19.34%
Índice de Capital Principal (ICP)	24.64%	27.16%	22.64%	20.78%	19.34%
Principais Valores					
Patrimônio de Referência (PR)	1,494,276	1,466,130	1,450,227	1,448,445	1,460,522
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	598,845	533,041	632,455	688,325	745,832
Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação (Rban)	10,115	10,464	13,889	32,747	51,383
Margem	895,431	933,089	817,772	760,120	714,691
Razão de Alavancagem	15.64%	15.96%	18.83%	17.98%	15.11%

Risco de Crédito - RWA_{CPAD} - Por Fator de Ponderação de Risco (FPR)

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
FPR	4,371,812	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
-100.00%	-	-	-	-	-
2.00%	15,638	2,527	869	116	252
20.00%	41,007	49,770	25,821	37,704	55,193
50.00%	535,948	443,158	719,324	796,547	638,863
75.00%	-	-	-	-	-
85.00%	-	-	-	-	-
100.00%	2,828,190	2,763,411	3,278,021	3,484,820	3,900,769
250.00%	161,139	135,520	128,346	134,657	152,249
300.00%	402,787	85,009	87,221	88,675	180,011
1081.00%	327,806	-	-	-	.
CVA	59,297	77,682	49,524	121,325	132,085

Risco de Mercado - RWA_{MPAD} - Componentes

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Componentes	1,106,974	927,534	1,206,942	1,397,988	1,485,211
RWA_{ACS}	-	-	-	-	-
RWA_{CAM}	32,110	25,720	130,134	102,297	107,882
RWA_{COM}	-	-	-	-	-
RWA_{JUR}	1,074,863	901,814	1,076,808	1,295,691	1,377,329
RWA_{JUR1}	250,445	281,614	313,757	401,702	383,600
RWA_{JUR2}	824,419	620,200	763,050	893,989	993,729
RWA_{JUR3}	-	-	-	-	-
RWA_{JUR4}	-	-	-	-	-

Detalhamento de Informações Relativas ao Risco de Crédito

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Exposições ao Risco de Crédito					
Total de Exposições	4,044,006	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
Média do Trimestre	3,925,076	3,670,504	4,271,423	4,575,111	5,326,596

Detalhamento de Informações Relativas ao Risco de Crédito

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Exposições ao Risco de Crédito					
Dez Maiores Exposições	56.07%	58.51%	65.61%	64.17%	57.31%
Cem Maiores Exposições	91.01%	90.06%	93.21%	94.22%	94.67%

Por Países e Regiões Geográficas Brasileiras

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
Base de Cálculo	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	4,044,006	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
Mercado Interno	3,582,195	3,155,279	3,590,077	3,694,393	4,203,701
Norte	1,180	2,939	860	27	25
Nordeste	73,356	24,243	40,421	5,228	8,375
Centro-Oeste	63,969	239,831	237,109	264,917	343,322
Sudeste	3,106,739	2,654,712	3,034,161	3,130,682	3,533,425
Sul	336,950	233,554	277,526	293,538	318,555
Mercado Externo	461,812	401,798	699,049	969,452	855,721



Por Setor Econômico

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Base de Cálculo					
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	4,044,006	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
Rural	179	179	179	179	179
Serviços	361,756	387,228	531,774	484,218	582,272
Instituição Financeira	583,739	511,446	746,577	1,119,008	956,516
Indústria	1,876,028	1,572,981	1,557,917	1,792,589	1,968,389
Comércio	333,029	331,320	428,702	543,618	590,958
Mineração	46,547	258,645	230,307	183,515	242,841
Pessoa Física	143	142	271	314	313
Outros	842,584	495,136	793,399	540,403	717,953

Por prazo a decorrer das operações

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Base de Cálculo					
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	4,044,006	3,557,077	4,289,127	4,663,844	5,059,422
até 6 meses	2,769,157	2,426,183	2,900,204	2,968,764	2,965,432
acima de 6 meses até 1 ano	573,714	529,285	849,137	1,037,734	888,435
acima de 1 ano até 5 anos	571,241	475,197	404,807	523,653	1,043,902
acima de 5 anos	129,893	126,413	134,979	133,693	161,653

Operações em atraso

Por Países e Regiões Geográficas Brasileiras

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Base de Cálculo					
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	11,303	20,226	39,806	-	-
Mercado Interno	7,727	20,226	39,806	-	-
Norte	-	-	-	-	-
Nordeste	-	-	19,223	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-
Sudeste	931	6	-	-	-
Sul	6,796	20,220	20,584	-	-
Mercado Externo	3,577	-	-	-	-



Por Setor Econômico

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Base de Cálculo					
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	11,303	20,226	39,806	-	-
Rural	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-
Instituição Financeira	3,577	-	-	-	-
Indústria	931	6	-	-	-
Comércio	-	20,220	39,806	-	-
Mineração	6,796	-	-	-	-
Pessoa Física	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-

Montante de operações em atraso, bruto de provisões e excluídas operações já baixadas para Prejuízo

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	mar-17	dez-16	set-16
Base de Cálculo					
Montante	10,338	20,226	39,806	-	-
atraso entre 15 e 60 dias	10,285	-	19,223	-	-
atraso entre 61 e 90 dias	53	-	20,584	-	-
atraso entre 91 e 180 dias	-	20,220	-	-	-
atraso entre 181 e 360 dias	-	6	-	-	-
atraso acima de 360 dias	-	-	-	-	-

Não houveram operações baixadas para prejuízo neste trimestre

Provisões - Por Setor Econômico

R\$ Mil	Conglomerado Prudencial				
	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Base de Cálculo					
Provisões	115	20,220	-	-	39,996
Rural	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-
Instituição Financeira	-	-	-	-	2
Indústria	81	-	-	-	-
Comércio	-	20,220	-	-	39,994
Mineração	34	-	-	-	-
Pessoa Física	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-



Por Mitigadores de Risco

R\$ Mil Base de Cálculo	Conglomerado Prudencial					
		dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Mitigador de Risco	FPR	4,177,621	3,697,798	1,858,200	1,396,291	2,000,489
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil (Bacen)	0%	-	-	-	-	-
Acordo de compensação e liquidação de obrigações	0%	117,976	176,865	208,155	246,294	290,208
Depósitos a vista, a prazo, de poupança, letras financeiras de emissão própria	0%	-	590	50	-	-
Depósitos em títulos público federais ou em ouro	0%	-	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais garantidores de exposições em operações compromissadas	10%	4,059,644	3,520,344	1,649,994	1,149,997	1,710,281

Exposição Global Líquida ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ Mil Base de Cálculo	Conglomerado Prudencial					
		dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Exposição Global Líquida		4,008,705	3,499,062	1,763,649	1,353,192	1,813,821
Valor Bruto		4,739,231	4,484,448	2,794,450	2,408,097	2,935,608
(-) Valor Bruto de Garantias Reais recebidas		-	-	-	-	-
. Garantias mantidas na instituição com esta finalidade específica (Depósitos a prazo)		-	-	-	-	-
. Garantias mantidas na instituição com esta finalidade específica (Títulos Públicos)		-	-	-	-	-
(-) Valor Bruto relativo à Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações		117,976	176,865	208,155	246,294	290,208
(-) Operações Ativas Vinculadas		612,550	808,521	822,646	808,610	831,580

Resumo Trimestral:

Exposição da Carteira de Negociação (Trading) por Fator de Risco de Mercado

Fatores de risco	R\$ Mil Conglomerado Financeiro									
	Dez -17		Set -17		Jun-17		Mar-17		Dez-16	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	4,505,594	4,973,660	4,868,871	5,070,004	6,148,460	4,381,079	6,523,703	4,839,881	7,126,986	6,667,136
IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupom Cambial	7,322,107	5,833,933	6,809,671	6,035,187	7,612,192	7,820,696	7,079,330	7,212,498	12,601,201	11,911,455
Dolar	7,219,063	7,209,110	7,468,649	7,469,264	8,821,514	8,849,590	8,416,500	8,415,488	11,188,536	11,157,500
Outras moedas	1,326,593	1,322,374	1,011,366	1,012,002	1,534,203	1,526,710	1,225,431	1,215,603	3,258,203	3,266,169
Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acoes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	20,373,357	19,339,077	20,158,557	19,586,456	24,116,369	22,578,076	23,244,964	21,683,471	34,174,926	33,002,260

Obs.: O Índice Basileia Amplo considera o valor do requerimento de capital da Carteira Bancária no cálculo.

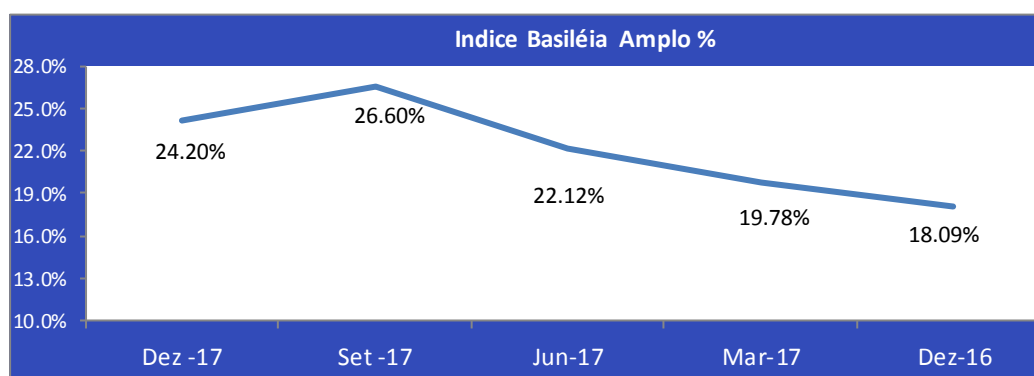
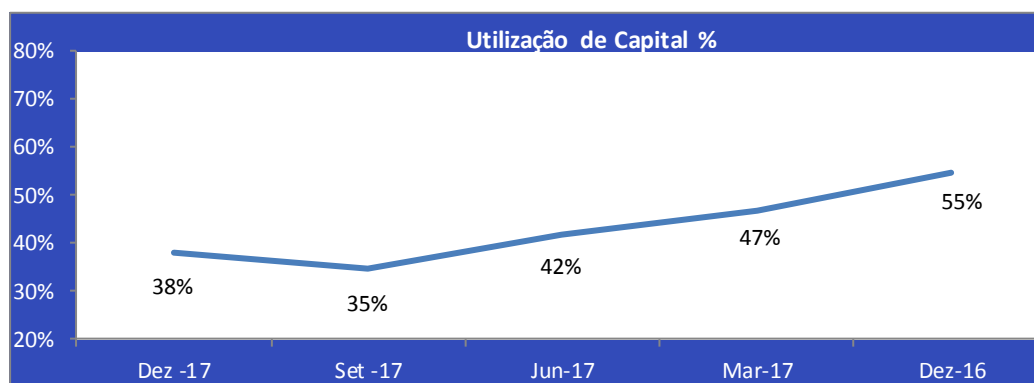


R\$ Mil

Utilização de Capital

	Dez -17	Set -17	Jun-17	Mar-17	Dez-16
Capital Regulatório (A)	1,494	1,466	1,450	1,448	1,461
Requerimento:					
Crédito	374	329	397	431	500
Câmbio	3	2	12	9	11
Juros - Prefixado	23	26	29	37	38
Juros - Cupom Cambial	76	57	71	83	98
Juros - Índices	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Operacional	84	84	84	84	100
RBAN	10	10	14	33	51
Requerimento Total (B)	571	510	606	678	797

Capital Disponível (A - B)	923	956	844	771	663
Índice Basileia Amplo	24.20%	26.60%	22.12%	19.78%	18.09%





Carteira Negociação - Exposição por Instrumentos Financeiros e Derivativos - Com abertura entre posições compradas e vendidas

Em 29 de dezembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,584,311	(1,568,556)	-	-	1,584,311	(1,568,556)	15,755
	Bolsa	10,243,390	(9,239,037)	-	-	10,243,390	(9,239,037)	1,004,353
	Total	11,827,701	(10,807,593)	-	-	11,827,701	(10,807,593)	1,020,108
Taxa cambio	Balcao	2,807,861	(4,266,106)	-	-	2,807,861	(4,266,106)	(1,458,246)
	Bolsa	5,737,796	(4,265,378)	-	-	5,737,796	(4,265,378)	1,472,418
	Total	8,545,656	(8,531,484)	-	-	8,545,656	(8,531,484)	14,172
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Em 29 de setembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	971,018	(961,394)	-	-	971,018	(961,394)	9,625
	Bolsa	10,707,524	(10,143,797)	-	-	10,707,524	(10,143,797)	563,727
	Total	11,678,542	(11,105,190)	-	-	11,678,542	(11,105,190)	573,352
Taxa cambio	Balcao	2,641,362	(3,407,472)	-	-	2,641,362	(3,407,472)	(766,111)
	Bolsa	5,838,653	(5,073,793)	-	-	5,838,653	(5,073,793)	764,860
	Total	8,480,015	(8,481,266)	-	-	8,480,015	(8,481,266)	(1,251)
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,719,452	(1,673,610)	-	-	1,719,452	(1,673,610)	45,842
	Bolsa	12,041,200	(10,528,165)	-	-	12,041,200	(10,528,165)	1,513,035
	Total	13,760,652	(12,201,775)	-	-	13,760,652	(12,201,775)	1,558,877
Taxa cambio	Balcao	4,462,978	(4,229,215)	-	-	4,462,978	(4,229,215)	233,763
	Bolsa	5,892,740	(6,147,086)	-	-	5,892,740	(6,147,086)	(254,346)
	Total	10,355,718	(10,376,301)	-	-	10,355,718	(10,376,301)	(20,583)
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,379,545	(1,326,342)	-	-	1,379,545	(1,326,342)	53,203
	Bolsa	12,223,487	(10,726,037)	-	-	12,223,487	(10,726,037)	1,497,450
	Total	13,603,033	(12,052,379)	-	-	13,603,033	(12,052,379)	1,550,654
Taxa cambio	Balcao	3,942,147	(3,744,936)	-	-	3,942,147	(3,744,936)	197,211
	Bolsa	5,699,784	(5,886,156)	-	-	5,699,784	(5,886,156)	(186,372)
	Total	9,641,932	(9,631,092)	-	-	9,641,932	(9,631,092)	10,840
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-



Em 30 de dezembro de 2016 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	5,474,800	(5,551,420)	-	-	5,474,800	(5,551,420)	(76,620)
	Bolsa	14,253,386	(13,027,171)	-	-	14,253,386	(13,027,171)	1,226,215
	Total	19,728,187	(18,578,591)	-	-	19,728,187	(18,578,591)	1,149,596
Taxa cambio	Balcao	7,306,972	(8,063,634)	7,193	-	7,314,165	(8,063,634)	(749,469)
	Bolsa	7,132,574	(6,360,035)	-	-	7,132,574	(6,360,035)	772,539
	Total	14,439,547	(14,423,669)	7,193	-	14,446,739	(14,423,669)	23,071
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-

Exposição da Carteira Bancária (*Banking*) por Fator de Risco de Mercado

Fatores de risco	Conglomerado Financeiro									
	Dez -17		Set -17		Jun-17		Mar-17		Dez-16	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	5,347,653	855,477	4,672,041	966,868	2,475,515	852,483	2,525,633	1,145,031	3,146,527	1,384,266
IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupom Cambial	923,140	2,544,697	1,209,028	2,076,783	1,751,839	1,621,538	2,070,069	1,877,811	1,868,985	2,507,878
Dolar	828,163	2,449,570	1,125,167	1,993,857	1,672,748	1,542,164	2,014,943	1,822,152	1,815,839	2,437,921
Outras moedas	94,977	95,128	83,861	82,926	79,090	79,374	55,125	55,659	53,146	69,956
Mercadorias (Commodities)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acoes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	7,193,933	5,944,872	7,090,097	5,120,434	5,979,193	4,095,559	6,665,771	4,900,653	6,884,496	6,400,022

Carteira Bancária - Exposição por Instrumentos Financeiros e Derivativos - Com abertura entre posições compradas e vendidas (Carteira Banking)

Em 29 de dezembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	6,270,793	(3,400,174)	-	-	6,270,793	(3,400,174)	2,870,619
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	6,270,793	(3,400,174)	-	-	6,270,793	(3,400,174)	2,870,619
Taxa cambio	Balcao	923,140	(2,544,697)	-	-	923,140	(2,544,697)	(1,621,557)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	923,140	(2,544,697)	-	-	923,140	(2,544,697)	(1,621,557)
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-



Em 29 de setembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	5,879,475	(3,043,651)	1,594	-	5,881,069	(3,043,651)	2,837,418
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	5,879,475	(3,043,651)	1,594	-	5,881,069	(3,043,651)	2,837,418
Taxa cambio	Balcao	1,207,435	(2,076,783)	1,594	-	1,209,028	(2,076,783)	(867,755)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,207,435	(2,076,783)	1,594	-	1,209,028	(2,076,783)	(867,755)
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	4,225,706	(2,474,021)	1,648	-	4,227,354	(2,474,021)	1,753,333
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,225,706	(2,474,021)	1,648	-	4,227,354	(2,474,021)	1,753,333
Taxa cambio	Balcao	1,750,191	(1,621,538)	1,648	-	1,751,839	(1,621,538)	130,301
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,750,191	(1,621,538)	1,648	-	1,751,839	(1,621,538)	130,301
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-

Em 31 de março de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	4,544,144	(3,022,842)	51,558	-	4,595,702	(3,022,842)	1,572,860
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,544,144	(3,022,842)	51,558	-	4,595,702	(3,022,842)	1,572,860
Taxa cambio	Balcao	2,018,511	(1,877,811)	51,558	-	2,070,069	(1,877,811)	192,257
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	2,018,511	(1,877,811)	51,558	-	2,070,069	(1,877,811)	192,257
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de dezembro de 2016 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	4,964,994	(3,892,144)	50,518	-	5,015,512	(3,892,144)	1,123,368
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,964,994	(3,892,144)	50,518	-	5,015,512	(3,892,144)	1,123,368
Taxa cambio	Balcao	1,818,467	(2,507,878)	50,518	-	1,868,985	(2,507,878)	(638,893)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,818,467	(2,507,878)	50,518	-	1,868,985	(2,507,878)	(638,893)
Preço de Ações	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-
Preço de Mercadorias	Balcao	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-



Razão de Alavancagem (RA)	Data Ref.:	29-Dec-17
----------------------------------	-------------------	------------------

Nº da Linha	Item	Valor R\$ (Mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	3,234,328
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-107,410
3	Total das exposições contabilizadas no BP	3,126,918
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos.	456,461
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	101,153
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	0
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	0
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	557,614
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	4,059,644
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	0
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	0
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	0
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	4,059,644
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	2,941,894
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-1,132,552
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial Capital e Exposição Total	1,809,342
20	Nível I	1,494,276
21	Exposição Total	9,553,519
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III.	15.64%



12. Balanços Patrimoniais

ATIVO		Deutsche Bank S.A Banco Alemão
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11,998,953
DISPONIBILIDADES		191,723
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LÍQUIDEZ		4,163,484
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		874,339
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		69,612
RELAÇÕES INTERDÊPENDÊNCIAS		-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1,392,875
OUTROS CRÉDITOS		5,305,480
OUTROS VALORES E BENS		1,440
PERMANENTE		7,946
INVESTIMENTOS		146
IMOBILIZADO DE USO		7,800
DIFERIDO		-
INTANGÍVEL		-
TOTAL DO ATIVO		12,006,899
PASSIVO		Deutsche Bank S.A Banco Alemão
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10,398,856
DEPÓSITOS		2,928,665
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		-
OBRIGAÇÕES P/TÍT VLRs MOBIL. NO EXTERIOR		
OBRIGAÇÕES P/TÍTULOS VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS		224,791
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		23,682
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		2,544,696
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		131,394
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4,545,628
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6,357
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1,601,686
CAPITAL	(a)	996,551
RESERVAS DE CAPITAL		-
RESERVAS DE LUCROS	(b)	639,593
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM E DERIVATIVOS	(c)	(9,695)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(b)	(24,763)
TOTAL DO PASSIVO		12,006,899

Contadora: Elaine Nascimento CRC 1SP 201.003/0-6



Obs.: Referências utilizadas no preenchimento do Anexo I.

13. Instituições Participantes:

As Instituições que fazem parte do nosso escopo de consolidação são:

- Deutsche Bank S.A. Banco Alemão

14. Anexos

14.1. Anexo I

O anexo I, parte integrante deste relatório, está disponível na mesma página de publicação deste relatório na *webpage* do DB Brasil, denominado “4º Trimestre de 2017 – Anexo I”.

14.2. Anexo II

Informamos que o DB Brasil não possui instrumentos para compor o Patrimônio de Referência (PR).